

☐ **REQUERIMENTO** Número /XIII
(.ª)

☐ **PERGUNTA** Número /XIII
(.ª)

Assunto: Regularização da precariedade na Universidade do Minho

Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O programa de regularização extraordinária de vínculos laborais precários (PREVPAP) previa a eliminação progressiva do recurso a trabalho precário e a programas de tipo ocupacional no setor público como forma de colmatar necessidades de longa duração para o funcionamento dos diferentes serviços públicos e regularizar o seu vínculo laboral com o Estado.

Estava previsto a regularização destas situações até maio de 2018, porém, em todo o país, milhares de pessoas aguardam decisões das comissões de avaliação (CAB) sobre as suas candidaturas.

Na Universidade do Minho a situação é também preocupante. De acordo com a informação transmitida pelo Senhor Reitor, Professor Doutor Rui Vieira de Castro, na Reunião do Conselho Geral, em 23 julho de 2018, (ver [aqui](#)), as reuniões com a CAB foram concluídas e dos 283 requerimentos registados na plataforma foram deferidos 122, sendo: investigadores: 12; pessoal de laboratório: 16; informáticos: 5; bolseiros de gestão: 32; outros – funções técnicas ou administrativas: 57.

Até ao momento, nenhum dos requerentes recebeu a notificação do resultado da análise do seu requerimento. Também não se conhece os motivos de indeferimento de 57% dos requerimentos apresentados, nem a celebração de qualquer contrato nos casos deferimento.

Além disso, em vez da regularização imediata destas situações, a Universidade do Minho continua a recorrer à contratação por ajuste direto (recibos verdes) para preencher necessidades permanentes, conforme se pode facilmente perceber através da consulta do portal de compras públicas ([base.gov.pt](#)). Em 2018, estas contratações já ultrapassam os 517.000,00 euros. Em alguns casos, dispensou os trabalhadores que tinham apresentado o requerimento e que aguardam resposta e contratou outras pessoas para o desempenho das mesmas funções.

Uma vez que a Universidade do Minho está a tentar boicotar este processo, contrariando o espírito da lei aprovada pela Assembleia da República, exige-se que o Governo, através do Ministério do Ensino Superior, interceda junto da Reitoria e da Administração de forma a regularizar as situações já identificadas e proíba o recurso a trabalho precário para o preenchimento de necessidades permanentes.



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Por que razão a CAB CTES ainda não notificou os requerentes dos processos já concluídos?
3. Está disponível o Governo para garantir que a Universidade do Minho cumpre o PREVPAP e regulariza as situações de precariedade já identificadas?

Palácio de São Bento, 03 de Dezembro de 2018.

Os deputados

Pedro Soares

Luís Monteiro

José Soeiro